



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com

Após sucesso com o Cartão Material Escolar, GDF lançará Cartão Uniforme Escolar

Projeto aprovado pela Câmara Legislativa começa a ser testado este ano. Ideia é facilitar compra direta em malharias locais, girando a economia local

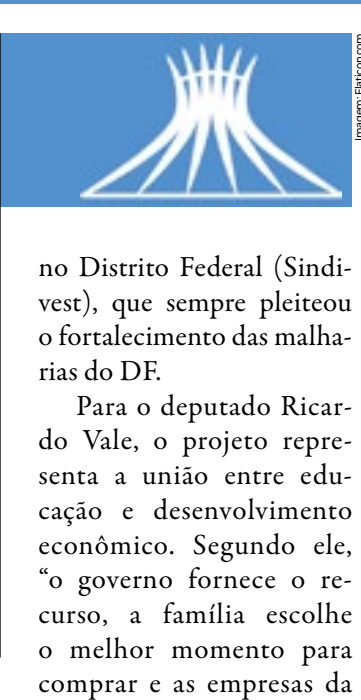
O Governo do Distrito Federal (GDF) anunciou que vai implementar o Cartão Uniforme Escolar, um novo modelo de fornecimento de uniformes para os estudantes da rede pública. A proposta, de autoria do deputado distrital Ricardo Vale (PT), será executada pela Secretaria de Educação em parceria com o Banco de Brasília (BRB). O objetivo é oferecer mais agilidade e autonomia às famílias, além de valorizar a indústria têxtil local. Com o novo sistema, os pais ou responsáveis legais dos alunos poderão comprar os uniformes diretamente em malharias credenciadas, utilizando um cartão abastecido anualmente com recursos públicos, administrados pelo BRB. O valor depositado no cartão (ainda não definido pelo GDF) deverá

ser usado exclusivamente para adquirir peças padronizadas, como camisetas, bermudas, calças e agasalhos, conforme definido pela Secretaria de Educação. Esse modelo substitui o formato anterior, em que as próprias escolas eram responsáveis por armazenar, distribuir e controlar os uniformes. A descentralização do processo deve reduzir burocracias, atrasos e problemas recorrentes como a entrega de tamanhos errados ou peças de baixa qualidade. Além disso, cada aluno poderá receber uniformes no tamanho adequado, no momento mais conveniente para a família. São 459.374 estudantes da rede pública de ensino. O uniforme escolar é distribuído gratuitamente para todos os alunos da rede pública de ensino.

Licitação e confusão
Nos últimos anos, o fornecimento centralizado de uniformes foi alvo de críticas por conta de constantes falhas na entrega e licitações que favoreciam empresas de fora do Distrito Federal, muitas sem estrutura para atender à demanda. Atualmente, os uniformes são adquiridos por meio de pregões eletrônicos, envolvendo 14 lotes para ampla concorrência e outros 14 para pequenas e microempresas. No entanto, a última licitação resultou na contratação de seis empresas, todas de fora do Distrito Federal, localizadas em estados como Goiás, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina. Hoje, a gestão de entrega dos uniformes exige ainda que os diretores recebam grandes volumes de peças, fa-



São 459.374 estudantes da rede pública de ensino. O uniforme escolar é distribuído gratuitamente para todos esses alunos



no Distrito Federal (Sindivest), que sempre pleiteou o fortalecimento das malharias do DF. Para o deputado Ricardo Vale, o projeto representa a união entre educação e desenvolvimento econômico. Segundo ele, “o governo fornece o recurso, a família escolhe o melhor momento para comprar e as empresas da cidade se beneficiam. É um modelo que beneficia a todos”. O projeto do Cartão Uniforme Escolar foi aprovado pela Câmara Legislativa do DF no último dia 27 de junho e está em fase de regulamentação pelo Poder Executivo. Entre os pontos que ainda serão definidos estão o valor anual por estudante, a quantidade de peças permitidas, os critérios técnicos para o credenciamento das malharias e os mecanismos de controle e fiscalização do uso do benefício. A previsão é de que o programa comece a ser testado em 2025, em fase piloto, inicialmente em regiões administrativas com maior concentração de estudantes em situação de vulnerabilidade. A implementação completa está prevista para o ano letivo de 2026.

Este será o sexto cartão lançado pelo GDF e operado pelo BRB

Um dos principais impactos esperados com o Cartão Uniforme Escolar é o fortalecimento da economia local, com geração de emprego e renda no setor de confecção, especialmente entre micro e pequenas empresas lideradas por mulheres. Para o deputado Ricardo Vale - que propôs o cartão para o uniforme escolar -, o projeto representa a união entre educação e desenvolvimento econômico. Segundo ele, “o governo fornece o recurso, a família escolhe o melhor momento para comprar e as empresas da cidade se beneficiam. É um modelo que beneficia a todos”. O presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido Freire - autor da ideia do Cartão Material Escolar, em 2019 - comemorou mais

esta conquista. “Valoriza a empresa local, movimenta o comércio e a indústria local. Gera impostos, gera empregos, é tudo o que precisamos”, disse. Executado pela Secretaria de Educação (SEEDF) em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes-DF), o benefício oferta R\$ 320 aos estudantes da educação infantil e ensino fundamental e R\$ 240 aos que cursam o ensino médio. Em 2019, a iniciativa beneficiou mais de 64 mil alunos com orçamento de cerca de R\$ 20 milhões. Desde então, os números cresceram significativamente, alcançando mais de 175 mil estudantes em 2024, com aporte na ordem de R\$ 54 milhões. Neste ano, um novo recorde deve ser registrado: a previsão é



O Cartão Material Escolar, que foi proposto pelo presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, começou a operar em 2023

que sejam atendidos 200 mil discentes, um crescimento de 15%, com um investimento de R\$ 58 milhões.

Vulnerabilidade social
Esse modelo de cartão de pagamento de benefício direto foi ampliado. Hoje, ele é

usado para a compra do gás de cozinha. Existe ainda o Cartão Prato Cheio, benefício social do DF destinado a famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. O programa fornece um crédito mensal de R\$ 250 (que passará para R\$ 280 em setembro) para compra de alimentos em estabelecimentos credenciados. O objetivo é garantir o acesso à alimentação adequada para famílias em situação de vulnerabilidade. Também há um outro cartão, o DF Social. Ele é um benefício financeiro mensal de R\$ 150,00 oferecido pelo GDF para famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único e residentes no DF. O objetivo é garantir um auxílio financeiro para famílias em situação de

vulnerabilidade social, com renda per capita de até meio salário mínimo. Esses novos modelos de distribuição dirigida de renda e de apoio a famílias em vulnerabilidade também tem outro expoente: o Cartão Material de Construção. Este programa oferece um cartão, com auxílio de R\$ 15 mil, para famílias de baixa renda em situações de emergência ou calamidade que precisem reconstruir suas moradias após eventos como incêndios, enchentes, vendavais e deslizamentos. Este cartão, lançado em final de maio e também operacionalizado pelo BRB, possui função débito e permite a compra de materiais de construção em empresas credenciadas pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Codhab).



O presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, e o Publisher do 'Correio da Manhã', Claudio Magnavita



Os integrantes da equipe de Brasília do 'Correio da Manhã' participaram do encontro, que busca aproximar o jornal do público formador de opinião do DF

‘Casa Correio da Manhã’ recebe José Aparecido Freire, presidente da Fecomércio-DF

A “Casa Correio da Manhã”, no Lago Sul, recebeu ontem para almoço o presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF), José Aparecido da Costa Freire. Ele foi recebido pelo Publisher e Diretor de Redação do “Correio da Manhã”, Claudio Magnavita.

Pela Fecomércio-DF também compareceu no encontro o coordenador de Comunicação Social da entidade, Sinval Neto. Também estavam presentes o diretor da Sucursal de Brasília, Rudolfo Lago, e os colunistas Thales Faria (Política) e Martha Imenes (Economia), além deste colunista de “Brasilianas”. O diretor do Correio da Manhã, Sergio Nery, também par-

ticipou do encontro. O cardápio, picadinho à moda carioca, ficou a cargo do chef Ivan Felix. Este encontro fez parte da estratégia do “Correio da Manhã” de se apresentar às lideranças de Brasília e de se aproximar mais do público leitor do jornal. Vale lembrar que o “Correio da Manhã” é o jornal do Distrito Federal desde 15 de junho de 1901.